

## RABISCOS DE UM ESCRÉVINHADOR

(Nesta seção reproduzimos algumas das crônicas semanais publicadas pelo responsável por esta revista em "A Federação", jornal da vizinha cidade de Itu. Para identificação e referência bibliográfica indicam-se as datas em que foram publicadas)

### 259. CIVISMO DOS ITUANOS

“Tem sido em todos os tempos aplaudido o civismo nunca desmentido dos ituanos. Impressiona-se do maior júbilo quem vê a pátria de Paula Souza e de outros notáveis cidadãos patriotas sempre e profundamente inspirada de idéias liberais, apresentando-se em todas as épocas, em todas as crises, sempre com denodo e energia pelo bem público.”

Esse conceito preciso, honroso e realmente justo acerca dos ituanos pode ser lido à página 269 de um dos livros clássicos da historiografia paulista: o **Quadro Histórico da Província de São Paulo**, do Brigadeiro Machado de Oliveira, publicado em 1864. E como que explicitando seu alto conceito acerca dos ituanos, lembra alguns momentos em que esse civismo foi posto à prova, em algumas situações difíceis no início de nossa vida de país independente: no juramento da Constituição imperial, no auxílio ao príncipe-regente agredido pelas tropas portuguesas e, depois, para combater a “bernarda” de Francisco Inácio, em 1823.

Os tópicos de Machado de Oliveira são expressivos. Vale citá-los: “Foi esta terra clássica do liberalismo e da ordem, que, por conselho dos eleitores Vergueiro, Paula Souza e Álvares Machado, tomou precedência no juramento prestado às bases da Constituição e fez sentir ao governo provisório a necessidade de generalizá-lo na província”. Adiante: “...que, primeiro, excitou a idéia de mandar-se incontínenti tropas em auxílio do príncipe-regente, quando agredido em janeiro de 1822, no Rio de Janeiro, pela divisão lusitana de Jorge d’Avilez”.

E quanto ao terceiro momento: “A câmara de Itu negou-se a dar execução a essa ordem (de Francisco Inácio para que mandasse reforços para

a capital), sendo que foi a primeira a protestar energicamente contra a revolta de 23 de maio na Capital, como o fizera constar em tempo ao governo provisório, transmitindo-lhe cópia da representação que dirigira ao príncipe-regente, expressando sua formal desaprovação a quanto ali se havia praticado, e rendendo-lhe novamente seus votos de firme adesão e obediência”.

Tivesse Machado de Oliveira publicado seu livro mais tarde, certamente enumeraria muitos outros exemplos do “civismo nunca desmentido dos ituanos”. Machado de Oliveira (1790-1867) não era de Itu. Era da Capital, onde nasceu e morreu. Mas, teve uma larga vivência em diversas regiões do Brasil. Como militar, participou das campanhas de 1811 e 1812 contra Montevideú e Buenos Aires e, depois, participou do governo provisório do Rio Grande do Sul, província que, posteriormente, representou na Câmara Imperial. Como “encarregado de negócios”, esteve na Bolívia e no Peru. Como administrador e homem público, presidiu as províncias de Sergipe, Pará, Alagoas, Santa Catarina e Espírito Santo. Como “diretor geral de índios”, voltou seu interesse não só para o problema da incorporação dos indígenas à sociedade, mas, igualmente, ao estudo das manifestações religiosas desses primitivos habitantes do Brasil. Seus escritos sobre o assunto estão publicados nos primeiros volumes da “Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro”.

Todavia, sua obra mais importante é o **Quadro Histórico**, que utilizamos para os excertos desta nota. Publicado, como se disse, em 1864, foi reeditado em 1897 por iniciativa de seu filho, o grande jurista Brasília Machado, e, mais recentemente (1978), em edição fac-similar da primeira, pelo Governo do Estado, integrando a preciosa coleção “Paulística” (volume 14). Essa edição traz excelente estudo introdutório de Célio Debes, que salientou o valor dessa “primeira síntese da história de São Paulo, escrita por um autor nacional”. Sim, cabe a explicitação porque, na realidade, a prioridade da “primeira síntese da história paulista” cabe a um francês, o grande viajante Saint-Hilaire (1851) 10-10-1992

\*

## 260. VINTE ANOS SEM HÉLIO VIANA

Há vinte anos, com a morte de Hélio Viana, perdia o Brasil um dos seus maiores historiadores. Na ocasião, ocupei-me dele, ressaltando alguns traços característicos de sua personalidade, pois tenho o privilégio de o ter conhecido bem, guardando dele excelentes recordações. Mineiro de Belo Horizonte, onde nasceu aos 5 de novembro de 1908, radicou-se, porém,

no Rio de Janeiro, para onde foi ainda estudante. Na antiga Capital Federal desempenhou funções culturais de alta relevância. Criada a Universidade do Brasil em 1939 e, com ela, a Faculdade Nacional de Filosofia, foi Hélio Viana seu primeiro professor de História do Brasil, função que exerceu até aposentar-se. Lecionou, ainda, no Colégio Jacobina, na Faculdade Santa Úrsula, na Pontifícia Universidade Católica, na Escola do Estado Maior do Exército, no Instituto Rio Branco e ministrou cursos no Departamento Administrativo do Serviço Público. Pertenceu a comissões relevantes nos Ministérios da Educação e das Relações Exteriores e, nos últimos anos, integrou o Conselho Federal de Cultura.

Ao traçar-lhe o necrológio para uma publicação periódica de Campinas, reproduzida na "Revista de História" (nº 93, de 1973), afirmei ser admirável que tão grande atividade docente ainda lhe deixasse tempo para a pesquisa, pois todos os trabalhos que produziu são frutos da mais acurada investigação arquivística. E escreveu muito. Desde o aparecimento de seu primeiro livro, **Formação Brasileira**, em 1935, até pouco antes de falecer, sua atividade foi constante, com a média de quase um livro por ano, além de frequente colaboração em jornais e revistas especialmente no "Jornal do Comércio" e na "Revista do Instituto-Histórico Brasileiro", ambos do Rio de Janeiro.

Interessado particularmente na história política do período imperial e na história da Imprensa, foi nessas áreas que produziu seus melhores trabalhos, quase todos de consulta obrigatória para o conhecimento do assunto. Além de vasta produção original, foi, ainda, o responsável pela publicação anotada e comentada de numerosos textos históricos, como entre outros, o **Livro que dá razão do Estado do Brasil**, de Diogo de Campos Moreno, o **Diário de 1862**, de D. Pedro II, o jornal "A Malagueta" (da época da Independência) e a **História da Independência**, de Varnhagen.

Procurei, na ocasião, realizar um levantamento quase completo de sua produção em volume, num total de 30 títulos. E lembrei que seria muito importante se alguém da família ou que com ele houvesse trabalhado, procedesse a um arrolamento de tudo quanto o historiador deixou esparso por jornais e revistas. Pois esse meritório trabalho vem de ser realizado pela Professora Lucinda Coutinho de Mello Coelho, ocupando mais de 50 páginas de um dos últimos números da "Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro" (nº 353, correspondente ao último trimestre de 1986). Elenco elaborado por ordem cronológica, abrangendo desde um artigo sobre a Princesa Isabel na "Tribuna de Petrópolis", de 14 de novembro de 1929, até "Estudantes de São Paulo no Arquivo de Ubaldino do Amaral", publicado na "Revista da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo", em 1970. Tudo, num total de mais de mil títulos!

Ninguém, realmente, mais indicado para realizar este trabalho. A Professora Lucinda trabalhou muitos anos como assistente de Hélio Viana, dedicou-lhe sempre extrema afeição e carinho, sentimentos que ressaltam do cuidado com que o catálogo foi elaborado. E com ele, prestou a ilustre historiadora, minha nobre confeitadora do Instituto Histórico Brasileiro, assinalado serviço à cultura histórica de nossa terra. 17-10-1992.

\*

## 261. A “PAULISTA” EM PIRACICABA

Em meu livro *Café e Ferrovias*, publicado pela primeira vez há quase vinte anos, dediquei um longo capítulo (aliás, o mais extenso do volume), à evolução ferroviária de São Paulo em períodos decenais, a partir de 1870 e alcançando até 1940, ano que tomei como limite final da era ferroviária. Recebi algumas críticas pelo excesso de pormenores com que recheei o capítulo, mas tal me pareceu necessário para a defesa de minha proposição fundamental que era mostrar a correlação entre o desenvolvimento da rede ferroviária paulista e a expansão da cultura cafeeira.

Ocorreu, entretanto, que o “excesso de pormenores” não impediu uma omissão, aliás bastante sensível: não dediquei uma linha sequer ao ramal de Piracicaba da “Paulista”, pequeno ramal de apenas 50 quilômetros, ligando a estação de Nova Odessa, na linha tronco, à importante cidade, simpaticamente apelidada de “Noiva da Colina”. A omissão obviamente, foi reparada por vários leitores, aos quais sempre respondia dizendo que, se houvesse reedição do livro, a falha seria sanada. Acontece que não o foi, apesar das quatro edições que foram publicadas. E o ramal acabou sendo extinto (como tantos outros) sem que eu dele cuidasse. No entanto, era ramal que me falava muito de perto, pois, no início de minha carreira, lecionando no curso anexo à “Luís de Queiroz”, e residindo em São Paulo, frequentava-o semanalmente no ir-e-vir da Capital a Piracicaba para o desempenho de minhas tarefas.

O primeiro número da “Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Piracicaba”, publicado em fins do ano passado, avivou-me o assunto, pois nele encontrei artigo bastante informativo, assinado por Hugo Pedro Carradore, contendo dados interessantes para o histórico da “Paulista” em Piracicaba, suprimindo, assim, o que não escrevi. A cidade havia sido alcançada pela “Ituana” em 1879. Mas, ressentiu-se sempre com a precariedade dos serviços da velha ferrovia que lhe “embargava o progresso”, no dizer do autor do citado artigo, que acrescentou, logo no parágrafo seguinte, que

“o sonho dos piracicabanos era que a Companhia Paulista estendesse os seus trilhos até a Noiva da Colina”. Em 1896 a Câmara Municipal havia mantido contatos com a “Paulista”, sem, contudo, obter nada de positivo, e isto apesar de todas as justificativas.

É quando aparece a figura de Manuel Buarque de Machado, que não era piracicabano, mas vinculou-se à cidade por atividades empresariais. “Convivendo com a cidade, encantou-se com a paisagem e com o seu povo”. Daí, partir para uma série de iniciativas em benefício da cidade. Entre estas, a construção de uma linha férrea, elétrica (seria a primeira do Brasil), ligando Piracicaba à antiga Vila Americana, no tronco da “Paulista”. Seu projeto chegou a ser apreciado na Assembléia Legislativa do Estado, mas, segundo consta (a informação é de Hugo Carradore), “a política local não envidou esforços no sentido de que o empreendimento se tornasse realidade, pois desejava a primazia da idéia”. Tanto que a Edilidade manteve contatos com a “Paulista”, em 1902, obtendo a promessa da construção do ramal, o que, entretanto, só ocorreu vinte anos depois, em 1922, apesar de iniciados os trabalhos logo no início do século. Mas, apenas iniciadas as obras, ficaram elas interrompidas por doze anos. Reiniciadas em 1914, em 1917 foi inaugurado o trecho até Santa Bárbara e só no ano do centenário da Independência os trilhos chegaram a Piracicaba.

O artigo de Hugo Carradore contém valiosas informações sobre o chamado “Ramal de Piracicaba”, inclusive com a transcrição de notícias de jornais da época, dados técnicos da ferrovia e ainda o programa das festas inauguração do ramal no dia 29 de julho de 1922. 24-10-1992

\*

## 262. TEATRO NO VELHO MATO GROSSO

Ao criar-se a Capitania de Mato Grosso em meados do século XVIII, para sede do novo governo que aí se instalou foi escolhida a localidade de Vila Bela, às margens do rio Guaporé. Elevada à categoria de “cidade” e, assim, não mais podendo chamar-se “Vila”, teve seu nome alterado de Vila Bela para Mato Grosso, ou seja o nome da própria Capitania. E sede do governo a cidade de Mato Grosso o foi até pouco depois da Independência, quando foi transferida para Cuiabá, na região central da, agora, Província de Mato Grosso.

À primeira vista, olhando-se um mapa, poderá parecer pouco significativa a mudança da capital, estando as duas cidades em pleno sertão.

Ocorreu, entretanto, um fator geográfico importantíssimo. A primitiva capital, às margens do Guaporé (um dos formadores do rio Madeira, por sua vez afluente do Amazonas) só tinha comunicação com o mundo (e obviamente com o próprio Brasil...) através da bacia amazônica, ou seja pelo norte do País. Enquanto que Cuiabá, situada à margem do rio do mesmo nome, um dos afluentes do Paraguai, estabelecia ligação com o mundo (e obviamente com o Brasil...) pela bacia do Prata, de acesso muito mais fácil.

Isto implicou, naturalmente, a decadência da antiga capital, que, por muito tempo foi uma cidade quase que desaparecida. O historiador Afonso de Taunay, reeditando um livro do pai (o Visconde de Taunay) que evoca a velha cidade de Mato Grosso, denominou-a a “cidade do ouro e das ruínas”. Mas vale recordar que, quando capital, a cidade das margens do Guaporé teve seus dias de glória. Se no tempo de Taunay já era a cidade “das ruínas”, alguns anos antes fora a “do ouro”, com uma vida social luxuosa e requintada, inclusive com manifestações artísticas de relevância. Sabe-se que em seu teatro eram representadas peças de Metastásio e de outros dramaturgos europeus da época e consta que até um ópera de Mozart chegou a ser encenada na velha cidade.

É importante notar que a Vila do Bom Jesus do Cuiabá, mesmo antes de ser beneficiada com a transferência da capital (o que só ocorreu em 1825) teve igualmente vida social e cultural de relevância, sob certos aspectos mais até do que a antiga capital, pois usufruiu das vantagens de uma comunicação mais fácil (embora ainda muito demorada) com o Rio de Janeiro, e com um sentido de permanência maior, pois capital continua até hoje.

O erudito prefácio que o Engenheiro Carlos Francisco Moura escreveu para uma reedição fac-similar há pouco publicada pela Universidade Federal de Mato Grosso de uma das peças representadas em Cuiabá nos fins do século XVIII, mostra, com riqueza de dados, a frequência com que o teatro era realizado em Cuiabá: “Em Mato Grosso, desde o século XVIII representavam-se tranqüilamente as últimas novidades teatrais portuguesas. No arraial pioneiro, elevado a vila apenas dois anos antes da instalação da capitania, já se documentavam representações teatrais. Enquanto isso, outras vilas e cidades brasileiras, na época com perto de dois séculos de existência, teriam que esperar ainda muito tempo para possuir vida teatral”.

A peça recentemente fac-similada, intitulada **O Saloio Cidadão**, representada em Cuiabá em 12 de agosto de 1790, “demonstra que os temas do teatro setecentista não podiam ter aceitação fácil nos núcleos de estreita dependência rural. Evidentemente inspirada no **Bourgeois Gentilhomme**, de Molière, ela é uma sátira dos cidadãos aos costumes rústicos dos camponeses”. Magníficas as notas do ilustre engenheiro e historiador, a

quem já muito deve a história matogrossense, ao texto teatral setecentista. Sua paciente e erudita pesquisa leva-nos a pensar que tarefas semelhantes poderiam ser realizadas em outras cidades antigas do Brasil, onde - sabe-se, também houve atividade teatral. 27-2-1993.

\*

## 263. UM ACADÊMICO ITUANO

A Academia Campinense de Letras, em sua primeira reunião do corrente ano, realizada a 10 de março, pela palavra de seu presidente, Acadêmico Mauro Ribeiro Sampaio, tributou reverência à memória de um dos seus fundadores, o Professor Mário Gianini, falecido no início de fevereiro, época em que a Academia encontrava-se em recesso. Mário Gianini era natural de Itu, onde nasceu a 7 de janeiro de 1915, radicando-se em Campinas após a conclusão de estudos em São Paulo. Deixou excelente folha de serviços a terra campineira, como professor e diretor de diversos estabelecimentos de ensino, notadamente a Academia de Comércio São Luís, instituto vinculado à Pontifícia Universidade Católica, do qual foi diretor por muitos anos.

Ao fundar-se a Academia Campinense de Letras, em 1956, por iniciativa de outro grande educador, o professor Francisco Ribeiro Sampaio, foi Mário Gianini convidado a integrar o quadro de acadêmicos, ocupando a cadeira nº 10 e escolhendo como patrono o Padre Leonel Franca, uma das mais altas expressões do catolicismo em nosso País. Nas palavras com que o reverenciou na sessão inaugural deste ano, recordou o presidente o quanto Gianini foi devotado à Academia, sempre a frequentando enquanto suas condições de saúde o permitiram. E de todos os seus títulos - lembrou Mauro Sampaio - o de "Acadêmico" da "Campinense" sempre foi por ele acolhido "com profunda ternura e respeito".

Poucas oportunidades tive de conviver com o saudoso acadêmico. Quando ingressei para o sodalício campineiro, já ele quase não o frequentava. Assim, poucas vezes o vi e, menos ainda, as vezes que com ele conversei. No triênio em que fui presidente da Academia, não tive o privilégio de contar com sua presença uma vez sequer, sabendo, todavia, que sua ausência era mais que justificada. Mas, através de depoimentos de amigos que com ele conviveram e que bem o conheceram e ainda através dos registros impressos de suas atividades, guardo a melhor das impressões do grande professor e educador.

Entretanto, sua participação da vida de Campinas não foi apenas através do magistério e da Academia, pois foi vereador à Câmara Municipal

e Secretário da Educação do município. Pelas suas atividades em prol da cidade, a edilidade outorgou-lhe o título de "Cidadão Campineiro".

Mais afeito a ensinar e a orientar gerações diversas que passaram pelos estabelecimentos que dirigiu ou em que lecionou, do que propriamente a escrever, não deixou, infelizmente muita coisa publicada, limitando-se sua bibliografia a artigos esporádicos na imprensa periódica e a uma colaboração numa das antologias comemorativas publicadas pela Academia Campinense de Letras. Nesta sua contribuição, repassada de calor humano e de alto sentimentalismo, evocou algumas pessoas de seu relacionamento, como "Mamãe Cecília", simpática figura religiosa de Piracicaba, onde fundou diversas entidades educativas e assistenciais, algumas delas projetadas em Campinas, como o Colégio "Ave Maria"; Monsenhor Luís Fernandes Abreu, "pai, soldado e parlamentar"; o dia das mães; uma ilustre educadora campineira (Dona Flávia Paz de Pádua), um dos bispos campineiros (D. Paulo de Tarso), encerrando com terna e comovente evocação de sua genitora. Neste tópico, é expressiva a lembrança de Itu, a sua Itu, que, embora radicado em Campinas, ele nunca esqueceu... 13-3-1993.

\*

## 264. HISTÓRIA PAULISTANA EM CALIDOSCÓPIO

Figura das mais expressivas da magistratura paulista, Antônio Rodrigues Porto, depois de perلustrar com toda a propriedade as letras jurídicas, entendeu de perلustrar também as letras históricas com um volume sobre a evolução urbana de São Paulo (Carthago & Forte, 1992). Cidade que ele ama como se fosse a sua, pois nela vive desde quando, concluídos os estudos de humanidades, para ela se transferiu a fim de cursar as "Arcadas" do Largo de São Francisco. E após ligeira passagem por comarcas do interior, já integrado na magistratura, a ela retornou a fim de prosseguir sua brilhante carreira. Todavia, por uma questão afetiva, nele prefiro ver o excelente amigo e companheiro de adolescência, colegas que fomos nas primeiras séries do curso ginasial.

A afeição que Rodrigues Porto tem demonstrado pela cidade em que vive não se traduz apenas no fato de ter feito dela o centro de suas atividades profissionais e de sua brilhante carreira na magistratura. Revela-se também no interesse que sempre demonstrou pela história paulistana, conhecendo como poucos o passado e as linhas de sua evolução urbana, caracterizando esta com toda a propriedade e, conseqüentemente, produzindo um livro que poderá talvez não satisfazer integralmente a determinados

rigores metodológicos, mas - o que, para mim é mais importante - certamente satisfará àqueles que desejarem saber como a capital paulistana em-sua carreira quadricentenária, chegou a ser o que é hoje.

Visão calidoscópica dessa evolução é o que nos mostra o ilustre jurista, agora também cultor da história. Desde a fundação da urbe piratiningana em meados do século XVI até a recente reurbanização do vale Anhangabaú... À primeira vista, painel vasto demais para um volume que não alcança duzentas páginas, quando alguns autores precisariam de não sei quantos volumes! Mas Rodrigues Porto conseguiu o milagre da síntese, sem trancar uma linha do que se propôs traçar para mostrar como São Paulo cresceu. Daí, ter usado o termo "calidoscópico" para seu livro. Afigura-se a um tubo que, à medida que se vai virando, aparece, como num passe de mágica, tudo o que aconteceu: a expansão da cidade, os arruamentos, o surgimento dos logradouros tradicionais, as chácaras que viraram bairros, as preocupações urbanísticas de João Teodoro a Faria Lima...

E sem esquecer - o que é importante - a nomenclatura urbana com seu sabor original e característico e que Rodrigues Porto demonstra conhecer muito bem, pois a todo instante informa os nomes atuais das antigas ruas. Para que o leitor se não perca. Que adianta falar a alguém de hoje em "rua do Jogo da Bola", "das Casinhas", "da Freira", "do Mata Fome", "da Alegria" e de tantas outras... se não informar ao mesmo tempo os nomes que elas possuem hoje? Aliás, capítulo interessante da história de uma cidade como São Paulo é este da alteração (frequente até demais) da nomenclatura urbana. Menciono particularmente o caso de São Paulo porque em outras cidades antigas as mudanças ocorreram com menor frequência. O Rio, por exemplo, conserva até hoje a "rua do Senado", "da Relação" ou "da Assembléia", embora há mais de cem anos nelas não existam mais as instituições que as denominaram primitivamente. Em São Paulo chegou-se a mudar o nome "Estrada das Boiadas"... porque nela não passavam mais boiadas!

O fato de também ter trabalhado em assunto semelhante, em época bem mais remota (vai para quase quarenta anos meu livro sobre a evolução urbana de São Paulo), permite-me avaliar com carinho e simpatia o trabalho de Rodrigues Porto, pois conheço as dificuldades do tema. Se algum historiador dele não gostar, Rodrigues Porto pode ter a certeza de ter escrito um livro de que o povo há de gostar. E é o povo que precisa conhecer um pouco de nossa história. Para os eruditos, há outras fontes, em geral fora do alcance do povo. 8-3-1993.